MINISTÉRIO DO TRABALHO

13.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 93/78, de 13 de Maio, se publica que foram autorizadas as seguintes transferências de verbas, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do mesmo diploma:

Códigos				Rubricas orçamentais	Reforços e inscrições	Anulações	Autorizações ministeriais
Capit.ulo	Divisão e sub-divisão	Funcional	Eco-nómico				
10				Secretaria de Estado da População e Emprego			
	01			Gabinete			
		8.01.0	01.02	Pessoal dos quadros aprovados por lei	480 000\$00	-\$	(a)
			01.44	Representação certa e permanente	37 000\$00	-\$	(a)
			21.00	Bens duradouros — Outros	-\$	37 000\$00	(a)
			31.00	Aquisição de serviços — Não especificados	-\$	480 000\$00	(a)
					517 000\$00	517 000\$00	

(a) Despacho ministerial de 23 de Outubro de 1978. Acordo prévio por despacho de 30 de Outubro de 1978.

13.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 16 de Novembro de 1978. — O Director, *Mário Norte*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Decreto-Lei n.º 423/78 de 22 de Dezembro

Considerando que, nos termos dos Decretos Regulamentares n.ºs 36/78, 37/78, 38/78 e 39/78, todos de 25 de Outubro, foram criadas, respectivamente no Instituto Universitário dos Açores, na Universidade do Minho, no Instituto Universitário de Évora e na Universidade de Aveiro, licenciaturas em ensino;

Considerando que os portadores das referidas licenciaturas ficarão aptos a ingressar nos quadros docentes dos ensinos preparatório e secundário, em virtude de os próprios currículos já conterem o estágio pedagógico;

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único — 1 — As licenciaturas em ensino conferidas por Universidades e Institutos Universitários correspondem, para todos os efeitos legais, ao Exame de Estado previsto nos Decretos n.ºs 49 204 e 49 205, de 25 de Agosto de 1969, e Decreto-Lei n.º 49 119, de 14 de Junho de 1969.

2 — O funcionamento do último ano das licenciaturas em ensino, que comportará obrigatoriamente um estágio pedagógico, e a determinação da classificação profissional dos respectivos licenciados serão regulamentados por portaria do Ministro da Educação e Cultura ou por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e do Plano e da Educação e Cultura, sempre que de tal regulamentação resulte aumento de encargos orçamentais.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Alfredo Jorge Nobre da Costa — José da Silva Lopes — Carlos Alberto Lloyd Braga*.

Promulgado em 4 de Dezembro de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Decreto-Lei n.º 424/78 de 22 de Dezembro

O desenvolvimento dos transportes terrestres internacionais de mercadorias entre Portugal e os seus parceiros comerciais torna necessária a criação no nosso país de estruturas que facilitem e racionalizem essa actividade.

Com efeito, a situação existente, caracterizada por instalações dispersas sem o mínimo de condições apropriadas para o estacionamento de veículos e operações aduaneiras e de armazenagem, constitui um factor de estrangulamento que se reflecte no agravamento dos custos dos transportes internacionais de uma forma por vezes contrária ao espírito das convenções internacionais.

Neste sentido, e a fim de evitar uma proliferação prejudicial das estruturas vigentes, torna-se necessário criar terminais internacionais terrestres de mercadorias, à semelhança do que se tem feito no estrangeiro, onde os mesmos se têm revelado a melhor forma de atender às exigências do crescimento do tráfego internacional de mercadorias.

Nestes termos:

O Governo decreta, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Objecto da regulamentação)

1 — Como forma de apoio às trocas comerciais externas e ao transporte internacional de mercadorias, poderão ser instalados nas zonas de Lisboa e Porto e naquelas em que a importância e características do tráfego o justifiquem terminais terrestres internacionais de mercadorias.

2 — O disposto no presente diploma aplicar-se-á aos casos em que os terminais integrem pelo menos um terminal terrestre internacional, rodoviário (TIR) ou ferroviário (TIF), tal como este se encontra definido no artigo seguinte.

ARTIGO 2.º

(Noção e classificação)

1 — Entende-se por terminal terrestre internacional de mercadorias o complexo de instalações e serviços destinados à recepção e expedição de veículos que efectuem transportes internacionais terrestres de mercadorias, ao cumprimento das formalidades aduaneiras relacionadas com os veículos e respectiva carga e à armazenagem e concentração de mercadorias que tenham sido, ou se destinem a ser, objecto de transporte internacional, enquanto se encontrem sujeitos à acção aduaneira.

2 — De acordo com os tipos de transporte a que se destinam, os terminais podem classificar-se em:

- a) Terminais internacionais rodoviários (designados abreviadamente por TIR);
- b) Terminais internacionais ferroviários (designados abreviadamente por TIF);
- c) Terminais internacionais rodo-ferroviários (designados abreviadamente por TIR/TIF).

3 — Qualquer dos terminais referidos no número anterior poderá integrar-se em complexos destinados ao tráfego internacional que utilize modos de transporte diferentes ou à coordenação técnica de transportes internos, podendo a sua designação ser adaptada, nesses casos, de forma a reflectir a sua polivalência.

ARTIGO 3.º

(Funções e serviços)

1 — Num terminal terrestre internacional de mercadorias existirão obrigatoriamente:

- a) Serviços aduaneiros habilitados a proceder a todas as operações e formalidades relacionadas com o desembaraço aduaneiro dos veículos e mercadorias;
- b) Um armazém sob *contrôle* aduaneiro, onde as mercadorias permaneçam sem pagamento de direitos ou de outras imposições a cobrar pelas alfândegas, nos termos e de harmonia com as condições definidas no presente diploma e na legislação aduaneira aplicável;
- c) Parques de estacionamento para os veículos utilizados nos transportes internacionais.

2 — Para além das instalações e dos serviços referidos no número anterior, os terminais poderão ainda englobar as instalações e serviços que se mostrem necessários, tendo em vista uma acrescida eficácia das funções do terminal.

ARTIGO 4.º

(Exclusividade de exploração)

1 — A exploração de terminais terrestres internacionais de mercadorias será feita em regime de exclusivo para uma área determinada, a fixar, caso a caso,

por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e do Plano e dos Transportes e Comunicações.

2 — Na área a que se refere o número anterior haverá uma única estância aduaneira, que funcionará no terminal, habilitada à realização das formalidades relacionadas com o desembaraço dos veículos e da respectiva carga.

ARTIGO 5.º

(Regime de construção e exploração)

1 — A construção e exploração de terminais terrestres de mercadorias, ou apenas a sua exploração, poderão competir:

- a) Ao Estado;
- b) A uma empresa pública (E. P.);
- c) A uma sociedade privada ou de economia mista, mediante contrato administrativo de concessão.

2 — Compete ao Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro dos Transportes e Comunicações, definir o regime de construção e exploração, ou apenas de exploração, de um terminal terrestre internacional.

ARTIGO 6.º

(Competência)

1 — Compete à Comissão Instaladora dos Terminais Terrestres Internacionais (CITTI), criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/78, de 29 de Julho, a prática dos actos relacionados com a criação dos terminais de Lisboa e Porto.

2 — Os actos relacionados com a criação de outros terminais que se afigurem necessários, nos termos do artigo 1.º deste diploma, e uma vez extinta a CITTI, serão cometidos a entidade a definir por portaria do Ministro dos Transportes e Comunicações.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Alfredo Jorge Nobre da Costa — Amílcar José de Gouveia Marques.*

Promulgado em 4 de Dezembro de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Portaria n.º 762/78

de 22 de Dezembro

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 43 320, de 17 de Novembro, e tendo em vista o que propõe a Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Habitação e Obras Públicas, publicar a zona de protecção do estaleiro e bairro da barragem do Alqueva, de harmonia com a planta anexa a esta portaria.

Ministério da Habitação e Obras Públicas, 16 de Novembro de 1978. — O Ministro da Habitação e Obras Públicas, *João Orlindo Almeida Pina.*